



S. R.  
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

C/Conhecimento:

- Presidência do Governo Regional da Madeira
- DRA

Exm<sup>a</sup>. Senhor

Chefe de Gabinete de Sua Excelência o

Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento

1249-068 Lisboa

Enviado por:  
CORREIO

Gabinete do Secretário

Saídas

Sua referência:

Sua comunicação de:

OF 1153 2016/02/04 P 7-98.D.1

CHEFE DE GABINETE

**Assunto: Projeto de Lei n.º 100/XIII/1.ª (PCP) “Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM)”**,

**Projeto de Lei n.º 102/XIII/1.ª (PAN) “Proíbe a produção e o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (revoga o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro)”**.

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional de Agricultura e Pescas de comunicar o seguinte:

A Região Autónoma da Madeira é, desde há 5 anos, através do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2010/M, de 13 de agosto, declarada como «zona livre de OGM».

Este facto resultou da apresentação de um relatório à Comissão Europeia, onde se explanava a inadequação de toda uma série de medidas agrícolas para a coexistência da agricultura de cultivos com Variedades Geneticamente Modificadas com a agricultura tradicional e, principalmente, com a agricultura biológica, para que as intrusões de produções geneticamente modificadas não ultrapassassem um patamar máximo. Desta forma, defendeu-se todo o património agrogenético madeirense extremamente interessante, para além, também, da salvaguarda ambiental, que se constitui como património natural mundial (a Floresta Laurissilva).



Na sua resposta indique por favor a nossa referência. Em cada comunicação trate apenas de um assunto.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E PASCAS

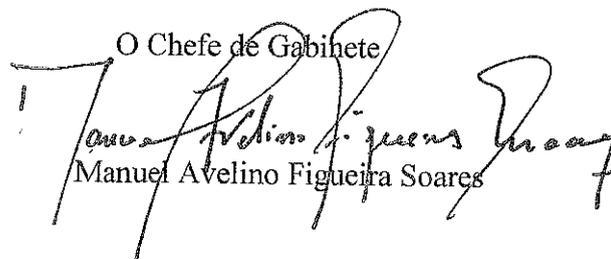
Os OGM são capazes de crescer, proliferar e sobreviver no ambiente e, também, de transferir os seus genes para outros seres da mesma espécie ou, mesmo, para outros do mesmo género, pelo que a sua libertação no ambiente, acarreta vários riscos como: alteração de populações, quebra de ciclos ecológicos, transferência indesejada de novos caracteres genéticos para outras espécies e, ainda, desequilíbrios nas populações de um dado ecossistema. Mais existe a possibilidade de ocorrência de transferência não intencional de informações genéticas entre organismos, podendo levar à aparição de características patogénicas em organismos inicialmente não patogénicos ou aumentar a patogenicidade de outros antes já nocivos.

Assim, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2010/M, de 13 de agosto, passou a ser proibida a introdução de material de propagação, vegetativo ou seminal, que contenha organismos geneticamente modificados no território da Região Autónoma da Madeira, assim como a sua utilização na agricultura.

Quanto ao teor do **Projeto de Lei n.º 100/XIII/1.ª (PCP) “Regula o cultivo de variedades agrícolas geneticamente modificadas (OGM)”**, nada temos a opor, devendo constar do seu preâmbulo que a RAM, no contexto de Portugal, foi pioneira nesta matéria e, que, por este motivo, não se aplica a este território por já dispor de regulamentação própria.

No que diz respeito ao Projeto de Lei n.º 102/XIII/1.ª (PAN) “**Proíbe a produção e o cultivo comercial de organismos geneticamente modificados (revoga o Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, e o Decreto-Lei n.º 160/2005, de 21 de Setembro)**”, nada temos a opôr, contudo, no preâmbulo, refere que *«Por cá, a nível regional e local, também têm havido declarações de intenções claras face aos OGM. A Região Autónoma da Madeira declarou-se livre de cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados a partir de Janeiro de 2008, um passo seguido pelos Açores em Maio de 2012(...)»*. Apraz registar esta constatação, conquanto esteja incorreta a data que é reportada à RAM, que é 14 de agosto de 2010.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete  
  
Manuel Avelino Figueira Soares

